

Biopirataria oficial na Amazônia

Ministério denuncia contrato que dá a multinacional o poder de explorar, sem controle, a biodiversidade da floresta

Romário Schettino
Da equipe do Correio

Enquanto governo e parlamentares não definem regras para o acesso às riquezas genéticas da flora e fauna brasileiras, a biopirataria corre solta na Amazônia. A falta de aprovação de uma legislação específica, que tramita há mais de dois anos no Congresso, vem sendo denunciada pelo Ministério do Meio Ambiente, deputados e senadores. Atualmente, a principal preocupação é com o contrato assinado entre a BioAmazônia, organização criada pelo governo para promover o uso sustentável da biodiversidade amazônica, e o laboratório suíço Novartis Pharma AG.

As críticas da semana passada surtiram efeito: a mesa da Câmara, por exemplo, já instalou a Comissão Especial que dará parecer sobre o projeto de lei que regulamenta o acesso a recursos genéticos e produtos derivados da senadora Marina Silva (PT-AM). A comissão é presidida pelo deputado Zezé Perrella (PFL-MG) e o relator é Ricarte de Freitas (PSDB-MT), o mesmo que relata a emenda constitucional que define como patrimônio da União os recursos genéticos brasileiros.

O acordo assinado, e criticado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), dá à Novartis exclusividade sobre a geração de produtos a partir de microorganismos, fungos e plantas amazônicas, além do direito de transferência e uso dos materiais genéticos por ela selecionados. A empresa suíça investiria US\$ 104 milhões em pesquisas durante três anos e repassaria à BioAmazônia 1% em royalties por produtos criados

pela Novartis e 0,5% pelos produtos derivados. Tudo feito sem o conhecimento do governo federal. Ou, pelo menos, parte dele. Sabe-se que o secretário-geral da Presidência, Aloísio Nunes, não gostou nem um pouco do desenrolar do acordo e da repercussão que teve na imprensa.

MAU EXEMPLO

O mau exemplo da BioAmazônia assustou ministérios militares, Itamaraty e o Ministério da Ciência e Tecnologia que, embora não falem oficialmente sobre o contrato, condenam a iniciativa. Para a secretária de Coordenação da Amazônia do MMA, Mary Allegretti, o acesso a recursos genéticos é uma questão de segurança nacional, não pode ser repassada assim por uma entidade de direito privado sem o conhecimento da União e muito menos sem uma legislação específica em funcionamento. "Sem isso, o controle do uso sustentável da biodiversidade fica prejudicado", diz Allegretti, que chamou de biopirataria legalizada o acordo entre a empresa Suíça e a BioAmazônia.

Outro aspecto suspeito no negócio da BioAmazônia é a instituição do Fundo Permanente para uso sustentável da Biodiversidade. Feito, inicialmente, em parceria com o Banco Axial, agora o negócio envolve a A2R — Empresa de Recursos Renováveis, de John Forgach, ex-diretor do Axial. Os recursos são do Banco Mundial. Vanderlei Messias da Costa, diretor-geral da BioAmazônia, explicou aos deputados da Comissão da Amazônia da Câmara que o Banco Axial deixou o empreendimento e que considera-

Jefferson Rudy 20.8.99



Raizeiro retira frutos de árvores naturais da Amazônia: produtos que serão explorados pela Novartis em função do contrato questionado

va natural existir, na época da assinatura do convênio entre os conselheiros do Axial, dois diretores da Novartis (Pierre Landolt, controlador do banco, e Ralph Wehse. "Há muitas coisas obscuras neste contrato e a Câmara terá que acompanhar todas discussões que envolvem este negócio", acusa o deputado Valdeci Oliveira (PT-RS). Na próxima terça-feira, o grupo interministerial criado pelo MMA para discutir projetos de bioprospeção vai examinar o contrato da Novartis.

A senadora Marina Silva (PT-AC) e a deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) também acusaram a BioAmazônia de legalizar a biopirataria. O diretor-geral Vanderlei Messias assinou contrato com a Novartis sem sub-

metê-lo ao Conselho Administrativo da BioAmazônia, do qual fazem parte o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

CONTRATO DE GESTÃO

A BioAmazônia parece jogar contra o patrimônio, apesar de o presidente do Conselho do órgão ser José Seixas Lourenço, assessor especial do ministro Ronaldo Sardenberg, do MCT, encarregado de coordenar as ações entre o ministério e os estados. E mais. A BioAmazônia tem R\$ 2 milhões no Orçamento da União para suas atividades do ano 2000, dos quais já recebeu R\$ 1,4 milhão. Suas ações são regulamentadas por um contrato de gestão administrado pelo ministro José Sarney Filho, do MMA.

A secretária de Coordenação da Amazônia do MMA, Mary Allegretti, informou que o ministro Sarney Filho, suspendeu qualquer ação relacionada com o acordo e exigiu o envio de cópias do contrato, em português e inglês, para a análise do mérito. Mas numa avaliação preliminar, identificou-se que o acordo não informa para onde vão os recursos da doação da Novartis para a BioAmazônia.

O acordo foi denunciado, inicialmente, por um dos membros do conselho administrativo da empresa, Spartaco Astolfi Filho, professor da Universidade de Amazônia. Ele admitiu a possibilidade de aprimoramento do acordo no âmbito do conselho. Também integrante do conselho administrativo, Allegretti disse

que o diretor-geral da BioAmazônia, Messias da Costa, na última reunião com o conselho, em abril, nada comentou sobre a negociação com a Novartis.

"Se nós fizermos acordos sem respeitar as regras existentes, corremos o risco de fazer biopirataria de governo", chegou a alertar Allegretti, que considera saudável as parcerias com empresas estrangeiras na exploração da biodiversidade, mas dentro de regras claras.

Quem não gostou da polêmica foi o presidente da Novartis no Brasil, Otto Kneubühler. Ele admitiu a possibilidade de cancelar essa parceria e lembrou que não é novidade para a empresa acordos como o firmado com a BioAmazônia, com os existentes com China e Índia.